



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

Ata nº 002 da Sessão Ordinária nº 002, de  
17 de janeiro de 2013.

1 Às nove horas do dia dezessete de janeiro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos  
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a  
3 Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**, presentes os Conselheiros **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL**  
4 **LAVAREDA, MARA LÚCIA e ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada dos Conselheiros **JOSÉ CARLOS**  
5 **ARAÚJO e ROSA HAGE**, bem como a presença da Procuradora - Chefe do Ministério Público junto ao  
6 TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos  
7 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento  
8 Interno desta Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou:  
9 "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para  
10 que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e aprovação das Atas  
11 das Sessões 2.455ª e 2.457ª. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em  
12 que foram anunciados os processos. **Processo nº 580022006-00; Câmara Municipal de Portel;**  
13 **Prestação de Contas de 2006; Responsável Washington Jorge Rodrigues Barbosa; 5ª Controladoria;**  
14 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº**  
15 **32.317, de 14.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
16 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
17 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,  
18 **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Portel,  
19 exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Washington Jorge Rodrigues Barbosa, com a expedição do  
20 competente Alvará de Quitação. **Processo nº 150022008-00; Câmara Municipal de Benevides;**  
21 **Prestação de Contas de 2008; Responsável Pedro Solon de Oliveira; 3ª Controladoria; Procuradora Maria**  
22 **Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.317, de 14.01.2013.**  
23 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
24 manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** A  
25 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
26 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalvas, do Senhor Pedro Solon de Oliveira,  
27 Vereador Presidente da Câmara Municipal de Benevides, exercício de 2008, com recolhimento de multa  
28 pela remessa intempestiva do RGF, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre os vencimentos do  
29 Vereador Presidente, o que corresponde ao valor de R\$-1.710,00 (hum mil, setecentos e dez reais). Em  
30 seguida, houve inversão da pauta, com o julgamento dos processos de nºs 5; 6; 7; 25; 26 e 27:  
31 **Processo nº 154762005-00; Fundo Municipal de Saúde de Benevides; Prestação de Contas de**





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

32 2005; Responsável Edimauro Ramos de Faria; Auditor Alcimar Lobato da Silva; Procuradora Maria Inez  
33 Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.317, de 14.01.2013.  
34 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
35 manifestou-se contrariamente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A  
36 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
37 **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Benevides,  
38 exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Edimauro Ramos de Faria, pela ausência de licitação no  
39 montante de R\$-139.091,14 (cento e trinta e nove mil, noventa e um reais e quatorze centavos), por  
40 contrariar o art. 37, inciso XXI, da CF/88, c/c arts. 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como o  
41 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação,  
42 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 234002008-00; Fundo Municipal de Saúde de**  
43 **Capitão Poço; Prestação de Contas de 2008; Responsável Milena Almeida Fernandes; Auditor Alcimar**  
44 **Lobato da Silva; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia;**  
45 **Publicado no DOE nº 32.317, de 14.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
46 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente a aprovação das contas.  
47 A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
48 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo  
49 Municipal de Saúde de Capitão Poço, exercício de 2008, de responsabilidade da Senhora Milena Almeida  
50 Fernandes). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
51 **141812006-00; Fundo Municipal de Assistência ao Estudante – FMAE; Prestação de Contas de**  
52 **2006; Responsável Celeste Santos de Castro; 3ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros;**  
53 **Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.317, de 14.01.2013.** Cumprindo  
54 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
55 contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora  
56 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
57 irregularidade da prestação de contas de responsabilidade da Senhora Celeste Santos de Castro,  
58 relativamente aos recursos públicos que administrou como Ordenadora de despesas da Fundação  
59 Municipal de Assistência ao Estudante – FMAE de Belém, no exercício financeiro de 2006, devendo a  
60 responsável restituir aos Cofres Públicos Municipais o valor de R\$-3.932,94 (três mil, novecentos e trinta  
61 e dois reais e noventa e quatro centavos), recebidos a maior a título de adicional, devidamente  
62 atualizado. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
63 **201119715-00; Prefeitura Municipal de Oriximiná; Contratos Temporários; Interessados Ademixi**  
64 **Wai Wai e outros; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.**





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de Registro. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos Temporários de nº 001/2011 à nº 014/2011, nº 016/2011 à 049/2011 e de nº 051/2011 à nº 080/2011, celebrados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ visando atender as necessidades extraordinárias da Aldeia Indígena na EMEF Wai Wai, para os cargos de Professor e Copeiro, com vigência até 31/12/2011 e, em face da insuficiência de vagas ofertadas no concurso público realizado, pelo indeferimento do registro dos Contratos nº's 085, 088, 090 à 094, 097 à 099, 101 à 110, 112 à 123, 125 à 127, 129 à 130, 132 à 133, 135 à 136, 137 à 203, 205 à 211, e 213/2011, firmados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ, para os cargos de Copeiro, Secretario de Escola, Professor Regente, Professor Magistério, Motorista de Veículos Pesados, Ajudante Geral, Eletricista, Encanador, Lubrificador, Motorista de Veículos Leves, Operador de Maquinas Pesadas, Técnico em Agropecuária, Tratorista, Zelador, Advogado, Engenheiro, Médica Clínica Geral, Médico Fisioterapeuta, Pedagoga e Assistente Administrativo, com vigência até 31/12/2011, com a recomendação à Prefeitura Municipal de Oriximiná para que nos próximos Contratos encaminhados para registro, sejam instruídos com o comprovante de publicidade dos mesmos, sob pena de negativa de registro, sem prejuízo da juntada dos presentes autos à Prestação de Contas respectiva, uma vez expirado o prazo de vigência dos Contratos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares saudou a presença em Plenário do Deputado Eliel Faustino. **Processo nº 201217419-00; Câmara Municipal de Prainha; Lei nº 042/2012, que fixa os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito, para a legislatura 2013 a 2016; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Retirado de Pauta na Sessão do dia 15.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 042/2012 que fixa os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito para a legislatura 2013-2016, nos importes de R\$-13.635,00 (treze mil, seiscentos e trinta e cinco reais) e R\$-8.370,00 (oito mil, trezentos e setenta reais), respectivamente, e aplicação de multa pela não observância do prazo legal para encaminhamento do Ato a este Tribunal, nos termos do inciso II, do art. 120-B, do RITCM-PA, no percentual de R\$-1.001,00 (hum mil e um reais), bem como comunicar ao Prefeito Municipal que qualquer atualização no valor dos subsídios deverá obedecer o que determina o inciso XI, do artigo 37, além dos artigos 16 e 17, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), podendo essas despesas serem impugnadas por ocasião do julgamento da prestação de contas.





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

98 **Processo nº 201215575-00; Câmara Municipal de Rurópolis; Resolução nº 002/2012, reajuste**  
99 salarial de Servidores Municipais; Interessado Joselino Padilha; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da  
100 Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Retirado de Pauta na Sessão do dia 15.01.2013.**  
101 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
102 manifestou-se contrário ao cadastramento da Resolução nº 02/2012. A matéria foi colocada **em**  
103 **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,  
104 **à unanimidade**, decidiu pelo não cadastramento da Resolução nº 02/2012, de 05/09/12, da Câmara  
105 Municipal de Rurópolis, com a juntada à respectiva prestação de contas para análise conjunta, e a  
106 notificação do atual Presidente da Câmara Municipal para que proceda a imediata retificação do ato,  
107 dadas as irregularidades apontadas, com a modulação dos efeitos desta decisão a contar da data de sua  
108 publicação. Em seguida, houve o julgamento do processo de nº 01 do aditamento de pauta. **Processo**  
109 **nº 200821131-00; Câmara Municipal de Belém; Verba Indenizatória; Interessado José Wilson**  
110 **Costa Araújo; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.**  
111 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
112 manifestou-se contrário ao cadastramento. A matéria foi colocada **em discussão**: O Conselheiro Aloísio  
113 Chaves solicitou que fosse efetuado levantamento sobre o histórico desse processo para que fosse  
114 verificada sua tramitação, bem como a evolução da matéria no Tribunal, tendo em vista o conteúdo da  
115 decisão prolatada nos autos do Recurso de Reconsideração (processo nº 200803231-00). O Conselheiro  
116 Cezar Colares relatou que recebeu uma consulta da Associação Brasileira de Municípios sobre a matéria  
117 e que seria interessante que o Tribunal desse uma solução final ao assunto. O Conselheiro Daniel  
118 Lavareda ressaltou a necessidade de se verificar se há conexão, se a causa de pedir é a mesma, ou  
119 ainda coisa julgada material. A Conselheira Mara Lúcia acatou a solicitação efetuada e determinou que a  
120 Secretaria efetuasse esse histórico e encaminhasse para seu Gabinete. A Presidência proclamou a  
121 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu retirar de pauta o processo para que fosse efetuado o  
122 levantamento sugerido. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares convidou a Conselheira Mara Lúcia  
123 para assumir a Presidência da Sessão. Houve inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 4:  
124 **Processo nº 1200022004-00; Câmara Municipal de Palestina do Pará; Prestação de Contas de**  
125 **2004; Responsável Moacir Marques Ribeiro; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**  
126 **Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.316, de 11.01.2013.** Cumprindo  
127 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
128 aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
129 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
130 aprovação das contas, com ressalva, e recolhimento aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15)





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

131 dias, de multa no valor de R\$-3.420,00 (três mil, quatrocentos e vinte reais) pela remessa intempestiva  
132 dos Relatórios de Gestão Fiscal, na forma do art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/00, o que corresponde a  
133 30% dos vencimentos anuais do Ordenador de despesa. Ausência, por ocasião de votação, do  
134 Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve inversão de pauta, com o julgamento do processo nº 13.  
135 **Processo nº 953332006-00; Fundo Municipal de Saúde de Medicilândia; Prestação de Contas**  
136 **de 2006; Responsável Ivani de Souza Ritter; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**  
137 **Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.316, de 11.01.2013.** Cumprindo  
138 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
139 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.  
140 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do  
141 Fundo Municipal de Saúde de Medicilândia, exercício de 2006, com a expedição do respectivo Alvará de  
142 Quitação, no valor de R\$-4.170.834,56, (quatro milhões, cento e setenta mil, oitocentos e trinta e  
143 quatro reais e cinquenta e seis centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar  
144 Colares. **Processo nº 953332007-00; Fundo Municipal de Saúde de Medicilândia; Prestação de**  
145 **Contas de 2007; Responsável Ivani de Souza Ritter; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha;**  
146 **Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.316, de 11.01.2013.**  
147 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
148 manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
149 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
150 aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Medicilândia, exercício de 2007, com a expedição  
151 do respectivo Alvará de Quitação no valor de R\$-4.979.862,89 (quatro milhões, novecentos e setenta e  
152 nove mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos). Ausência, por ocasião de  
153 votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 0534262007-00; Fundo Municipal de**  
154 **Assistência Social de Oriximiná; Prestação de Contas de 2007; Responsável Argemiro José**  
155 **Wanderley Picanço Diniz; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro**  
156 **Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.316, de 11.01.2013.** Cumprindo dispositivo  
157 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não  
158 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu  
159 **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação  
160 das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Oriximiná, exercício de 2007, com recolhimento  
161 aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, devidamente atualizada, da quantia de R\$-  
162 2.655,53, (dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), referente à conta  
163 "Agente Ordenador", bem como o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

164 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 714702006-00;**  
165 **Secretaria Municipal de Finanças de Santarém;** Prestação de Contas de 2006; Responsável  
166 Rosilane Socorro Evangelista da Silva; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator -  
167 Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.316, de 11.01.2013.** Cumprindo  
168 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
169 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.**  
170 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas da  
171 Secretaria Municipal de Finanças de Santarém, exercício de 2006, com a expedição do Alvará de  
172 Quitação, no valor de R\$-6.565.811,79 (seis milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e  
173 onze reais e setenta e nove centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.  
174 Em seguida, houve inversão de pauta para o julgamento do processo de nº 19: **Processos nº**  
175 **201004658-00 – 201213301-00; Clube Municipal de Ananindeua;** Prestação de Contas do  
176 Convênio nº 005/2006, celebrado com a Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e Lazer de  
177 Ananindeua; Responsável Afonso Romildo Pimentel de Almeida; 5ª Controladoria; Procuradora - Chefe  
178 Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.317, de**  
179 **14.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
180 autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
181 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu  
182 pela aprovação da prestação de contas do Convênio nº 005/2006/SEDEL, celebrado entre a Secretaria  
183 de Desenvolvimento do Esporte e Lazer de Ananindeua e o Clube Municipal de Ananindeua, com a  
184 expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-90.000,00 (noventa mil reais). Ausência, por ocasião  
185 de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Houve a inversão da pauta, com o julgamento do processo  
186 de nº 22, 23 e 24: **Processo nº 201205247-00; Instituto de Previdência dos Servidores**  
187 **Municipais de Marabá – IPASEMAR;** Aposentadoria – Portaria nº 022/12, de 16.03.2012;  
188 Interessado Daniel Rodrigues da Silva; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel  
189 Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos  
190 e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
191 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
192 **unanimidade,** decidiu pelo registro da Portaria nº 022/2012, do Presidente do Instituto de Previdência  
193 dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR, que aposenta o servidor Daniel Rodrigues da Silva  
194 com o provento discriminado no Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.  
195 **Processo nº 201114064-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém –**  
196 **IPAMB;** Aposentadoria-Portaria nº 0981/11, de 24.08.2011; Interessada Maria Noemi Valente;





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

197 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo  
198 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente  
199 ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu  
200 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da  
201 Portaria. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201114165-**  
202 **00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria-**  
203 **Portaria nº 1011/11, de 31.08.2011; Interessado Edgar Dolzanes Kettle; Procuradora Maria Regina**  
204 **Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
205 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria.  
206 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
207 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria. Ausência, por  
208 ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve inversão da pauta, com o  
209 julgamento do processo nº 3: **Processo nº 810022003-00; Câmara Municipal de Senador José**  
210 **Porfírio; Prestação de Contas de 2003; Responsável José Reinan Sales Araújo; Auditora Elaine Bastos;**  
211 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.316,**  
212 **de 11.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
213 dos autos e manifestou-se contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
214 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
215 **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas, na forma do voto do Relator. Em seguida, houve  
216 inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 8: **Processo nº 1114102007-00; Fundo**  
217 **Municipal de Assistência Social de Breu Branco; Prestação de Contas de 2007; Responsável**  
218 **Rosani Aparecida Loureiro; Auditora Elaine Bastos; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**  
219 **Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.316, de 11.01.2013.** Cumprindo dispositivo  
220 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação  
221 das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu  
222 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das  
223 contas, com ressalva, na forma do voto do Relator. **Processo nº 383982006-00; Fundo Municipal**  
224 **de Assistência Social de Jacundá; Prestação de Contas de 2006; Responsável Adão Ribeiro Soares;**  
225 **Auditora Elaine Bastos; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar**  
226 **Colares; Publicado no DOE nº 32.316, de 11.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
227 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas,  
228 com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela  
229 *aprovação das contas, com ressalva, e aplicação de multa ao FUMREAP, no valor de R\$- 4.000,00 (quatro mil*





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

230 *reais*). **Em votação:** O Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro  
231 Antônio José acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator,  
232 porém excluiu a multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
233 decidiu pela aprovação das contas, com ressalva e, **por maioria**, aplicação de multa ao FUMREAP, no  
234 valor de R\$-4.000,00 (quatro mil reais), na forma do voto do Relator. Vencida a Conselheira Mara Lúcia.  
235 **Processo nº 383982007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Jacundá; Prestação de**  
236 **Contas de 2007; Responsável Adão Ribeiro Soares; Auditora Elaine Bastos; Procuradora Maria Regina**  
237 **Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.316, de 11.01.2013.**  
238 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
239 manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério  
240 Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:**  
241 *"pela não aprovação das contas, com recolhimento referente a conta "Agente Ordenador" ,e multa ao*  
242 *FUMREAP no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais)".* **Em votação:** O Conselheiro Aloísio Chaves, o  
243 Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, na íntegra. A  
244 Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém excluiu a multa ao FUMREAP. A Presidência  
245 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas, com  
246 recolhimento referente a conta "Agente Ordenador" e multa ao FUMREAP, no valor de R\$-5.000,00  
247 (cinco mil reais), nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a multa.  
248 **Processo nº 384002005-00; Fundo Municipal de Educação de Jacundá; Prestação de Contas de**  
249 **2005; Responsável Glaucinete Maria Leite L. Costa; Auditora Elaine Bastos; Procuradora Maria Inez**  
250 **Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.316, de 11.01.2013.**  
251 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
252 manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
253 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
254 aprovação das contas. **Processo nº 1390052007-00; Fundo Municipal de Saúde de Piçarra;**  
255 **Prestação de Contas de 2007; Responsável Jairo Luiz Lunardi; Auditora Elaine Bastos; Procuradora -**  
256 **Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.316,**  
257 **de 11.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
258 dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
259 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
260 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. **Processos nº 200812480-00 – 200004354-00;**  
261 **Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu; Recurso de Reconsideração interposto contra a decisão**  
262 **da Resolução nº 8.178, de 11.04.2006, prestação de contas de 1999; Responsável Antônio Paulino da**





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

264 Silva; 2ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar  
265 Colares; Publicado no DOE nº 32.316, de 11.01.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o  
266 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não  
267 provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu  
268 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e  
269 provimento parcial do Recurso, modificando a decisão pela emissão de parecer prévio favorável a  
270 aprovação das contas, com a exclusão da falha referente a não apropriação dos encargos patronais,  
271 mantendo nos demais termos a decisão recorrida. **Processos nº 201114615 – 904442005-00;**  
272 **Fundo Municipal de Saúde de Brejo Grande do Araguaia; Recurso de Reconsideração interposto**  
273 **contra a decisão do Acórdão nº 21.093/2011-TCM, prestação de contas de 2005; Responsável José**  
274 **Nilton Lopes da Silva; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Cezar**  
275 **Colares; Publicado no DOE nº 32.316, de 11.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
276 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não  
277 provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu  
278 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e  
279 não provimento do Recurso, nos termos do voto do Relator. **Processo nº 201019028-00; Entidade**  
280 **não codificada – Município de Belém; Prestação de Contas do Termo de Compromisso nºs 307,**  
281 **308, 318, 319, 320, 322, 323, 331 e 446/2010, firmados entre a Prefeitura Municipal de Belém, através**  
282 **da Fundação Cultural do Município de Belém-FUMBEL com Ana Cecília Moreira Silva de Souza**  
283 **(Patrocinado) e Nutriterapica, José Filigênio, Centro Educacional Infantil, Clínica de Diagnóstico, Cristina**  
284 **Paiva, José Luis Terra, Dimagem, Sistema de Ensino Equipe (Patrocinadores); Responsável Ana Cecília**  
285 **Moreira Silva de Souza; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo  
286 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
287 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.  
288 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas.  
289 **Processo nº 201102248-00; Entidade não codificada – Município de Belém; Prestação de**  
290 **Contas do Termo de Compromisso nºs 280, 281, 282 e 283/2010, do Projeto Mostra Pará – Valorizando**  
291 **Expressões, firmados entre a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município**  
292 **de Belém – FUMBEL com Eliana Alves da Silva (Patrocinada) e Nazaré Comércio de Alimentos e**  
293 **Magazines Ltda., Alaci Pinheiro Corrêa e Renato Rodrigues Corrêa (Patrocinadores); Responsável Eliana**  
294 **Alves da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo  
295 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
296 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

297 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas.  
298 **Processo nº 201215021-00; Câmara Municipal de Anajás;** Lei nº 166/2012, que fixa os subsídios  
299 do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, para a legislatura 2013 a 2016; Interessado Edson  
300 da Silva Barros; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo  
301 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo  
302 cadastro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
303 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Ato.  
304 **Processo nº 201216618-00; Câmara Municipal de Breves;** Decreto Legislativo nº 001/2012, que  
305 fixa as diárias para Prefeito e Vice-Prefeito; Interessada Orquidéia Nascimento da Costa; Procuradora -  
306 Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental,  
307 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento do  
308 Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
309 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não cadastramento do Ato. **Processo**  
310 **nº 201216620-00; Câmara Municipal de Breves;** Resolução nº 002/2012, que fixa os subsídios os  
311 Vereadores para a legislatura 2013 a 2016; Interessada Orquidéia Nascimento da Costa; Procuradora -  
312 Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental,  
313 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato.  
314 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
315 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº**  
316 **201212398-00; Câmara Municipal de Melgaço;** Resolução nº 001/2012, que fixa os subsídios dos  
317 Vereadores; Interessado Ivaldo Lacerda Leão; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro  
318 Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
319 autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
320 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
321 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução. **Processo nº 201215390-00; Câmara**  
322 **Municipal de Moju;** Lei nº 876/2012, que fixa os subsídios dos Secretários Municipais; Interessado  
323 José de Sousa Rolim; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares.  
324 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
325 manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
326 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
327 pelo cadastramento da Lei nº 876/2012 que fixa os subsídios dos Secretários Municipais. **Processo**  
328 **nº 201214990-00; Câmara Municipal de Muaná;** Lei nº 186/2012, que fixa os subsídios do  
329 Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura 2013 a 2016; Interessado Jorge da





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

330 Costa Valente; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo  
331 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
332 pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
333 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo  
334 cadastramento do Ato. **Processo nº 201214991-00; Câmara Municipal de Muaná; Resolução**  
335 **nº 001/2012, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013 a 2016; Interessado**  
336 Jorge da Costa Valente; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares.  
337 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
338 manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
339 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
340 decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201216452-00; Câmara Municipal de**  
341 **Soure; Resolução nº 01/2012, que fixa os subsídios dos Vereadores; Interessado Ademar Cardoso**  
342 Macedo; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo  
343 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
344 pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
345 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo  
346 cadastramento do Ato. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.**  
347 **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro  
348 Aloísio Chaves pediu a palavra para ressaltar o empenho que o Tribunal está fazendo para julgar os  
349 processos de cadastramento até o final de janeiro e solicitar que a Secretaria comunique aos  
350 Municípios, independentemente de publicação, acerca das respectivas decisões. Em seguida, a  
351 Conselheira Mara Lúcia registrou o lamentável falecimento dos servidores Alan Marcelo Pereira  
352 Ribeiro e Vera Márcia da Silva Seixas e solicitou que sejam encaminhados votos de profundo pesar  
353 às famílias enlutadas. A Procuradora Elisabeth Salame da Silva pediu a palavra para associar-se aos  
354 votos de pesar relatados e comunicar ao Plenário que o Ministério Público recebeu denúncia de um  
355 Vereador do Município de Vitória do Xingú e encaminhou ao Tribunal para apuração. O Conselheiro  
356 Aloísio Chaves lembrou que existem dois momentos críticos de denúncia aqui no Tribunal: um é no  
357 período eleitoral e outro após a posse dos mandatos dos eleitos. Desta forma, ressaltou a  
358 importância de ser verificada a admissibilidade das denúncias, nos termos da Lei. Após, a  
359 Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão às doze horas e onze minutos da qual foi  
360 lavrada a presente Ata.





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

361 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezessete de janeiro  
362 de dois mil e treze.


Visto:

  
**Robson Figueiredo do Carmo**

Secretário Geral

  
Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**

Presidente da Sessão

  
Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**

Presidente da Sessão